



País deve se unir contra a violência, aponta debate

Implantação de um sistema unificado de segurança pública foi uma das estratégias de enfrentamento ao crime organizado discutidas ontem em sessão temática do Senado

Ministros e especialistas na área de segurança pública debateram ontem com os senadores estratégias para o enfrentamento à violência crescente no país. A implantação de um sistema integrado de segurança foi uma das principais ações discutidas pelos participantes da sessão temática realizada no Plenário do Senado.

Um dos convidados do debate, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou

que é necessária uma nova redistribuição de verbas e de atribuições entre os entes federativos para o país conseguir enfrentar a situação.

A sessão temática foi proposta pelo senador Tasso Jereissati, para quem a segurança é hoje um dos principais problemas nacionais.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reiterou o compromisso do Parlamento para aprovar iniciativas que busquem reduzir a violência. **3**

Sistema integrado para setor terá urgência na Câmara **2**

Audiência: iniciativas devem respeitar direitos humanos **2**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ao lado dos convidados, Eunício coordena sessão proposta por Tasso (4º à dir.)

Diploma homenageia mulheres constituintes

O Diploma Bertha Lutz, anual, será entregue hoje pelo Senado às deputadas constituintes, eleitas em 1986, que participaram da elaboração do texto constitucional. A atuação das 26 constituintes, apelada de “Lobby do Batom”, foi fundamental para conquistas como a igualdade jurídica entre homens e mulheres, a licença-maternidade de 120 dias e a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia. **4 e 5**



Edilson Rodrigues/Agência Senado — 17/3/2018

Hoje senadoras, Rose (alto à esq.) e Lídice (alto à dir.) estão entre as premiadas

Comissão vota hoje tributação de fundos fechados **8**

Torcidas violentas podem ter punição mais rigorosa **6**

Especialistas cobram novo marco agrícola **7**

Cobrança de bagagem é alvo de críticas em audiência pública

Em audiência de três comissões, senadores criticaram a Anac e as empresas aéreas por não terem reduzido os preços das passagens aéreas após o início da cobrança das

bagagens. Com dados do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas, eles mostraram que as tarifas aumentaram. Representantes da Anac contestaram a informação. **7**



Pedro Franco/Agência Senado

Braga, na audiência sobre preços de passagens após a cobrança de bagagem

Debate ressalta importância da lei do voto impresso



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lasier Martins (C) preside audiência sobre transparência nas eleições deste ano

Na opinião de participantes de audiência na Comissão de Constituição e Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral tem demonstrado falta de interesse em implantar o sistema de impressão de votos na urna eletrônica. A lei que determina a impressão do voto foi aprovada em 2015 e, segundo os debatedores, somente em janeiro deste ano, a poucos meses das eleições, a corte questionou a medida e alegou falta de recursos. **8**

Avança permissão para indústrias usarem crédito de “títulos verdes”

A Comissão de Meio Ambiente aprovou ontem proposta que permite que projetos industriais que beneficiem o meio ambiente, como carros menos poluentes, sejam financiados com títulos verdes, que têm desconto no Imposto de Renda. O texto segue para decisão final em outra comissão. **6**

Colegiado adia análise de projeto de digitalização de prontuário médico

O relator do projeto que prevê a digitalização e o arquivamento eletrônico de prontuários médicos, Waldemir Moka, apresentou ontem um substitutivo à Comissão de Ciência e Tecnologia. O texto exige certificação digital e prazo de ao menos 20 anos para exclusão do sistema. O projeto é de Roberto Requião. **7**

Segurança pública terá regime de urgência

Criação do sistema que vai unificar informações de órgãos públicos de todo o país deve ser votada semana que vem pelos deputados. Em seguida, será analisada pelo Senado

A PROPOSTA DE criação do Sistema Integrado de Segurança Pública (Sisp) deve ser avaliada na próxima semana na Câmara, em regime de urgência. Em seguida começa a tramitar no Senado. O procedimento foi acertado durante reunião do presidente da Casa, Eunício Oliveira, com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o relator da proposta, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, e o ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell.

Eunício disse que o texto será colaborativo, “escrito a várias mãos”, mas deverá ser enxuto.

— O projeto não pode ser para reconstruir tudo, refazer e mexer em todas as leis, senão vamos fazer um debate longo e não vamos dar as respostas que a sociedade espera. Estamos enxugando o máximo esse projeto para poder fazer com que ele aconteça de verdade.

Fraga disse que aproveitará sugestões feitas pelos ministros para aprimorar o PL 3.734/2012. Ele explicou que o projeto vai regulamentar o



Eunício, após a reunião para debater o projeto que cria o Sisp: “Pauta da segurança pública não é eleitoreira”

parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

O deputado informou que a proposta deverá ter 48 artigos com diretrizes para o planejamento e a integração entre os órgãos de polícia, que irão abastecer o Ministério da Segurança Pública de informações a serem organizadas e sistematizadas para acesso de todos os estados.

O texto vai criar uma espécie de premiação para as unidades da federação que compartilharem as informações relativas à segurança.

— A recompensa é que vai permitir que a informação seja compartilhada. Por que o projeto não gera despesa? Porque, na verdade, as informações, os cadastros, já existem. O que vai acontecer é que o órgão central, o Ministério da Segurança Pública, vai exigir que isso seja compartilhado

por todos — disse Fraga

Após a aprovação do texto do Sisp, segundo o deputado, a Câmara deve analisar projetos de interesse das mulheres, como a que trata das punições para estupro coletivo e a que flexibiliza o Estatuto do Desarmamento.

Execução penal

Outra proposta que deve ser analisada pela Câmara, de acordo com Eunício, é a que atualiza a Lei de Execu-

ção Penal (Lei 7.210/1984). O PLS 513/2013, enviado aos deputados em outubro, tem por objetivo reduzir a superlotação dos presídios, melhorar a ressocialização dos presos, combater o poder do crime organizado nas penitenciárias e prevenir as rebeliões que provocaram centenas de mortes nos últimos anos. O presidente do Senado disse que os deputados apresentarão emendas para alterar a proposta.

Eunício refutou os questionamentos de jornalistas de que a rapidez para votar a pauta da segurança pública tenha o objetivo de angariar votos. Ele lembrou que o Senado vem debatendo esse tema, assim como a questão da microeconomia, desde o ano passado.

— A pauta, na minha concepção, não é eleitoreira, muito menos para ganhar ou discutir eleições. É muito sério o que acontece no Brasil para misturar isso com interesse de eleição. Ninguém, em sua consciência, vai fazer isso. E quem fizer, acredito que a sociedade está muito atenta sobre o que é questão eleitoral e o que é defesa dos interesses da sociedade.

Debate: formação policial pode reduzir violência

Os direitos humanos têm de ser um dos princípios norteadores das políticas de segurança pública se o Brasil quiser diminuir os índices de violência contra a população mais vulnerável. A ideia foi defendida ontem em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Para o Brasil melhorar de fato a segurança pública, será preciso que a intervenção no Rio de Janeiro e as demais ações na área em outros estados não sejam uma violência contra os direitos humanos. O alerta foi feito pelo advogado Carlos Nicodemos, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ele ressaltou que jovens negros e moradores de periferia são os que mais morrem assassinados no Brasil.

— Morrem os jovens, mas jovens negros; morrem os pobres, vítimas dessa ausência de premissa da política de direitos humanos como referencial nas ações de segurança pública.

Para o representante do Ministério dos Direitos Humanos, Herbert Barros, o aperfeiçoamento do sistema de segurança passa pela formação dos efetivos policiais.

— São, talvez, os agentes públicos que mais estão na ponta, lidando com a população, e que precisam estar e, em regra estão, buscando efetivar a garantia dos direitos.

O presidente da Associação dos Peritos Criminais Federais, Marcos Camargo, defendeu investimentos em inteligência. E a representante da Polícia Rodoviária Federal, Flávia Oliveira, ressaltou a importância do trabalho conjunto

das forças policiais.

— Só quando nós todos nos fortalecermos e trabalharmos juntos, todas as instituições policiais, é que vamos conseguir vencer essa batalha que é a segurança pública, o cidadão de bem contra o crime organizado.

O senador Paulo Paim (PT-RS) ressaltou a importância da participação dos policiais no debate.

— Venderam a imagem de que direitos humanos só olham para bandido. Direitos humanos são para todos, não importa se é policial ou um preso — afirmou.

Os participantes da audiência também destacaram as constantes violações aos direitos humanos nos presídios, problema que atinge tanto internos quanto agentes penitenciários.



Paim (C): “Venderam a imagem de que direitos humanos só olham para bandido. Direitos humanos são para todos”

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Ministro da Saúde

9h Audiência interativa com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para prestação de contas das atividades desenvolvidas pela pasta. Em seguida, pauta com 5 itens.

CDR Baixo Parnaíba

9h Na pauta de 9 itens, o PLC 69/2017, que inclui como semiárido municípios do Baixo Parnaíba, no Maranhão.

SESSÃO SOLENE Bertha Lutz

9h Comemoração do Dia Internacional da Mulher e entrega do Diploma Bertha Lutz.

CCJ Jogos de azar

10h Entre os 28 itens da pauta, o PLS 186/2014, que regulamenta a exploração dos jogos de azar.

CDH Brinquedos adaptados

11h O PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings, é um dos 16 itens da pauta.

CSE Requerimento

11h Análise de requerimento para realização de audiência pública.

CTEC Eliminação de informações

11h O PLS 209/2012, que torna crime deixar de eliminar informações negativas dos consumidores superiores a cinco anos, está na pauta de 13 itens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLS 140/2017, que extingue benefícios processuais penais para jovens criminosos, está na pauta.

CÓDIGO COMERCIAL Modernização

14h30 Audiência interativa com o tema “Modernização da legislação empresarial: comércio eletrônico e parasitismo.” Entre os convidados, o presidente do Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade, Edson Luiz Vismona.

CRE Oriente Médio

14h30 Audiência sobre perspectivas e realidade do Oriente Médio.

MP 806/2017 Fundos exclusivos

14h30 Análise de relatório.

MP 815/2018 Verba para municípios

14h40 Instalação e eleição de presidente e vice.

MP 816/2018 Criação de cargos

14h50 Instalação e eleição de presidente e vice.

MP 817/2018 Servidor de ex-território

15h Instalação e eleição de presidente e vice.

MP 818/2018 Desenvolvimento urbano

15h10 Instalação e eleição de presidente e vice.

MP 819/2018 Basílica na Palestina

15h20 Instalação e eleição de presidente e vice.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Debate propõe união de esforços contra violência

Em sessão temática, autoridades e especialistas debateram com senadores estratégias para o país enfrentar o problema, como a criação de um sistema unificado de segurança

A IMPLANTAÇÃO DE um sistema integrado de segurança pública foi um dos focos da sessão temática promovida ontem pelo Senado para debater questões relacionadas ao combate à violência. A sessão durou cerca de seis horas e teve a presença de ministros, especialistas, profissionais da área de segurança e senadores.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, apontou os graves problemas do país no setor. Ele cobrou melhor gestão da inteligência policial e destacou a importância de um sistema unificado de segurança.

— Reitero o compromisso de que Senado e Congresso não medirão esforços para aprovar iniciativas que busquem melhorar a segurança — afirmou.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, também defendeu um sistema unificado. Ele disse que o setor sofreu com poucos recursos nos últimos anos e sustentou que o país precisa de nova redistribuição de verbas e atribuições entre os entes federativos.

— Se não mudarmos essa arquitetura constitucional, não poderemos enfrentar essa



Eunício (C) coordena a sessão temática sugerida por Tasso (2º à dir.)

situação. O Brasil não pode ser o Rio de Janeiro amanhã.

A sessão temática foi uma sugestão do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

— Apesar do enorme desemprego, de problemas na saúde, em várias áreas, talvez este [a segurança] seja o maior problema nacional — justificou.

Para o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Renato Sérgio de Lima, o país precisa pensar na conjunção de esforços de todos os Poderes e em um sistema que coordene esforços.

Na visão do coordenador do Laboratório de Estudos da Violência, César Barreira, é preciso acabar com o ciclo vicioso da violência no país, que atinge principalmente negros, jovens e pobres. Para ele, o grande desafio dos governos é o planejamento estratégico ligado à segurança pública.

Urgência

O ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, afirmou que a questão é urgente, pois a situação é “praticamente uma UTI”. Para o ministro do Gabi-

nete de Segurança Institucional da Presidência, general Sergio Etchegoyen, o crime organizado é hoje a grande ameaça à sociedade brasileira.

— A urgência não é apenas por conta do enfrentamento ao crime organizado, mas porque há uma legião de pessoas que não podem viver plenamente devido ao crime organizado.

Na avaliação do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Leonardo Ulrich Steiner, os órgãos que atuam na segurança precisam ser mais eficientes e integrados, e é preciso envolver a comunidade.

— Se não envolvermos os cidadãos, se não buscarmos uma nova ética, teremos uma nova segurança pública ou teremos mais violência? — questionou.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luís Antônio de Araújo Boudens, defendeu a integração como forma de melhorar a atuação dos agentes de segurança pública. Já o presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Edvandar Felix de Paiva, destacou que uma ação

federal conjunta dos órgãos é positiva, desde que cada um tenha seu lugar bem delimitado.

— A coordenação entre polícias é necessidade, mas isso significa cada órgão exercer suas atribuições coordenadamente. Não significa sobreposição de atribuições nem canibalização de competências.

Ele advertiu que as polícias estão “sucateadas”, sem recursos ou pessoal suficientes.

Na visão do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcanti, a segurança precisa ser coordenada de maneira mais eficiente, profissional e moderna. Como desafios que devem ser enfrentados com urgência, ele citou o sistema prisional — do qual o Estado já perdeu o controle, disse — e o grande número de pessoas presas desnecessariamente por crimes leves, como o “pequeno tráfico”:

— O Brasil prende errado. O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Gilson Mendes, disse que a pasta continuará prestando o auxílio necessário à redução da violência.



Pedidos por plano integrado de ação e mais investimentos dão o tom nos discursos dos senadores

1 Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN): “A pasta [da Segurança Pública] não poderia ter sido entregue a melhores mãos. O maior desafio é justamente coordenar ações integradas entre as forças da União e os estados. O governo federal que se prepare, porque a responsabilidade é muito grande.”

2 Simone Tebet (PMDB-MS): “Meu apelo é que [as autoridades do setor] não saiam dos cargos sem entregar ao Congresso o plano nacional para que possamos votá-lo. Podemos fazer um esforço concentrado e aprovar em 15 dias. Todos conhecemos o diagnóstico, falta aplicar o remédio.”

3 Ronaldo Caiado (DEM-GO): “Foram irrisórios os valores repassados pelos governos petistas ao Funpen. Foi criado um condicionamento em governos anteriores para que esse processo de violência aflorasse. É preciso combater o crime com firmeza e dureza da mão do Estado.”

4 Lindbergh Farias (PT-RJ): “A política de guerra implementada no Rio pouco adianta. Um exemplo foram as barricadas derrubadas pelo Exército e recolocadas por traficantes na Vila Kennedy pouco depois. Essas ações não produzem resultado e só desgastam um efetivo enorme.”

5 Roberto Rocha (PSDB-MA): “É preciso despolitizar a questão de segurança pública. Faço um apelo para que todos os partidos se unam para que a gente possa oferecer ao Brasil, no Senado Federal, uma comissão permanente dedicada à discussão da segurança pública.”

6 Lasier Martins (PSD-RS): “Tenho duas preocupações. A primeira é que a intervenção no Rio de Janeiro provoque a migração da banditagem para outros estados. A segunda é com os presídios. O Rio Grande do Sul não tem presídios suficientes. Os que existem estão superlotados.”

7 Fátima Bezerra (PT-RN): “A decisão do governo de realizar uma intervenção militar no estado do Rio de Janeiro foi precipitada e sem planejamento. A violência não se resume àquele estado. E a criação do novo Ministério da Segurança Pública foi feita sem diálogo ou consulta à população.”

8 Elber Batalha (PSB-SE): “Iniciamos os debates em torno da proposta de criação de um sistema único de segurança pública, o que, a meu ver, é uma atitude muito salutar, porque diz respeito à integração de todos os sistemas de investigação criminal.”

9 Telmário Mota (PTB-RR): “O governo federal deve olhar para Roraima com mais compromisso, e não só como um colégio eleitoral. Não temos hospitais, não há geração de emprego, o estado está inchado e vive uma crise sem precedentes. O Exército cuida das rodovias.”

10 Jorge Viana (PT-AC): “O agravamento da situação de violência no Brasil, de certa forma, tem um vínculo direto com essa crise institucional gravíssima em que o Brasil está metido. E todos temos um pouco de culpa. Uns mais, outros menos. São 12, 13 milhões de pessoas desempregadas há 3 anos.”

11 Humberto Costa (PT-PE): “Como o governo pretende eliminar o vírus da corrupção das estruturas policiais do Rio e evitar que esse mesmo vírus possa atingir as tropas federais que lá estão? Temos situações em outros países onde essa contaminação terminou por acontecer.”

12 Eduardo Braga (PMDB-AM): “Se o Brasil não for capaz de bloquear suas fronteiras da entrada do tráfico de drogas e de armas, depois que as armas e drogas adentrarem os nossos centros metropolitanos e urbanos, não conseguiremos combater nas nossas cidades.”

13 Lídice da Mata (PSB-BA): “Não é possível não se atacarem as causas. Quais são as causas que levam a juventude pobre a ser tão vulnerabilizada e se torne o exército de reserva do crime? É, sem dúvida, a falta de oportunidade, o fato de termos uma juventude negra fora da escola e do emprego.”

14 Waldemir Moka (PMDB-MS): “Eu não consigo entender a entrada de drogas e armas no Brasil, que depois são combatidas nos morros do Rio e nos canais de São Paulo e nós não temos um efetivo de agentes em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso, nos estados que demandam fronteira.”

15 Renan Calheiros (PMDB-AL): “O Parlamento deve se dedicar à regulamentação do artigo 144 da Constituição, à atualização do Código Penal e ao estabelecimento de regras para o inquérito policial. Cabe ao presidente Temer e aos ministros deixar o legado do plano de integração da segurança no país.”

16 João Capiberibe (PSB-AP): “Não temos política de governo capaz de proteger o cidadão. Alguns governos ensaiaram a política, mas os recursos foram minguando, foram desaparecendo, e não existe política de segurança ou qualquer política sem orçamento.”

17 Sérgio Petecão (PSD-AC): “Em meu estado, temos 20 anos de governo do PT. Temos 16 anos de PT no governo federal. Agora querem atribuir toda a culpa ao governo Michel Temer. Não faço defesa de Temer. Chamo a atenção para que não façamos deste debate da segurança um debate político.”

18 Antonio Anastasia (PSDB-MG): “Precisamos ter um tripé: a liderança firme dos Poderes; a vontade política; e a prioridade na alocação de recursos, instrumentos, meios e criatividade. Devemos ser inovadores nos instrumentos, nas formas e nos meios para combater a criminalidade.”

19 José Agripino (DEM-RN): “A razão de grande parte da violência a que o Brasil assiste é o tráfico de droga. Existem outros condicionantes, mas esse é o mais importante. Temos que dar prioridade a isso no combate à violência. Temos que matar o mal na raiz. Temos que abrir uma guerra.”

20 José Medeiros (Pode-MT): “Nós estamos no país da inversão. Nós estamos com uma inversão de valores no Brasil. O bandido aqui tem, sim, mais moral do que a polícia, ele anda com um fuzil e não acontece nada, porque a polícia simplesmente não pode agir.”

21 Flexa Ribeiro (PSDB-PA): “Nós temos buscado, ao longo de todo este tempo, diminuir a violência em nosso país, mas não se diminui a violência, a juízo meu, sem que se tenha recursos para que se faça o treinamento qualificado dos policiais.”

22 Randolfe Rodrigues (Rede-AP): “A intervenção federal no Rio de Janeiro impede a votação de um conjunto de PECs em favor da segurança pública. As alternativas para o setor estão na aprovação de recursos para as polícias, nos investimentos em tecnologia e inteligência”.

23 Magno Malta (PR-ES): “Há muito tempo eu já pedia a criação de um ministério, com orçamento assegurado, para controlar o momento de exceção que o país enfrenta na segurança pública. É o momento oportuno para rediscutir o conceito de segurança nacional. Nosso inimigo é o narcotráfico.”



Indústrias poderão captar “títulos verdes”

Comissão de Meio Ambiente vota por permitir que os títulos, que têm desconto no Imposto de Renda, possam financiar qualquer atividade que proteja a natureza

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem proposta que inclui projetos industriais que resultem em ganhos ambientais, como veículos menos poluentes, entre as atividades que podem ser financiadas por títulos verdes, que são títulos de renda fixa com redução do Imposto de Renda.

Sobre esses títulos, ou debêntures verdes, que financiam empreendimentos voltados à sustentabilidade, não incide o Imposto de Renda para pessoas físicas e há redução de 15% da alíquota para pessoas jurídicas. Por isso, são mais atrativos para

os investidores.

Hoje os títulos verdes estão limitados a um grupo de atividades consideradas de interesse ambiental pelo governo, como unidades de conservação para atividades turísticas, exploração sustentável de madeira e recuperação de áreas de preservação ambiental, entre outras.

Para todos

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 284/2014, do ex-senador Vital do Rêgo, evita essa possibilidade de arbitragem do Poder Executivo e abre a possibilidade de benefício a “todo e qualquer projeto de



O relator, Sérgio Petecão, deu parecer favorável para o projeto de lei

desenvolvimento sustentável”. O texto modifica a Lei 12.431/2011, que dispõe sobre projetos que terão prioridade para incentivos fiscais na captação de recursos.

Até 2011, as debêntures verdes eram emitidas apenas por agências de desenvolvimento, como o Banco Mundial, mas depois disso passaram também a ser emitidas por em-

presas, que hoje já lideram o mercado em volume de títulos emitidos.

O crescente interesse nos títulos verdes justificaria, segundo Vital do Rêgo, que ele possa ser usado por todos os empreendimentos que resultem em ganhos ambientais.

O projeto recebeu voto favorável do relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), para quem a proposta melhora o ambiente de investimento, estimulando o acesso aos títulos verdes.

O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Produção de peixes aliada à agricultura poderá ter incentivo

Projeto que prevê incentivos à produção de peixes integrada à agricultura foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) ontem. O PLS 341/2013 incentiva o uso de resíduos provenientes da piscicultura na adubação de solo para plantios agrícolas.

O texto, de Benedito de Lira (PP-AL), também inclui na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959/2009) a atividade de produção de peixes integrada à de vegetais, de forma a promover ganhos de produtividade

nas duas atividades — como transformação de alimentos, gestão de resíduos, uso racional da água e geração de combustível.

A proposta original previa ainda incentivos fiscais, crédito rural diferenciado e prioridade nas compras

do Programa Nacional de Alimentação Escolar para o agricultor familiar que conjugar piscicultura e agricultura. Mas o relator do projeto na comissão, Cidinho Santos (PR-MT), se manifestou contrário à concessão desses incentivos.

Segundo Cidinho, não há no

projeto estimativa do impacto orçamentário-financeiro relativo a esse benefício, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). O texto agora vai à Comissão de Agricultura (CRA), para decisão terminativa.

Avança punição maior para torcidas violentas

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem o projeto relatado por Romário (Pode-RJ) que endurece as punições para torcidas organizadas envolvidas em atos de violência (PLC 12/2017).

O projeto modifica o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003) e estende de três para cinco anos o prazo de afastamento dessas torcidas dos eventos esportivos. Além de punir a torcida organizada em si, a proibição atinge os integrantes como torcedores individuais nos julgamentos envolvendo violência e distúrbios da ordem.

O texto aprovado estende a punibilidade para atos praticados em datas e locais distintos dos jogos. Isso porque a versão atual do Estatuto do Torcedor fala em punições para as torcidas por atos de violência “em eventos espor-



Pedro Chaves (à mesa), presidiu a reunião que aprovou a proposta

tivos”. O objetivo do projeto, com o qual concordou Romário, é deixar explícito que as punições se estendem aos demais contextos de atuação das torcidas, evitando assim interpretações dúbias na Justiça.

Sendo assim, o estatuto traria punições para as torcidas e seus torcedores, caso promovam tumultos, pratiquem ou incitem a violência, ou invadam locais restritos a competidores, árbitros,

jornalistas e dirigentes.

O mesmo valerá para a invasão de treinos, confrontos com outros torcedores, ou ilícitos praticados contra profissionais nos períodos de folga, assim como qualquer outra conduta relacionada a eventos esportivos, ainda que em datas e locais distintos dos jogos.

O relatório foi lido na Comissão por Lídice da Mata (PSB-BA) e o projeto segue agora para análise da CCJ.

Comissão aprova fim de cursos reprovados pelo MEC

Cursos superiores fechados pelo Ministério da Educação podem ser proibidos de retomar as atividades por meio de liminares da Justiça. Foi o que decidiu ontem a Comissão de Educação e Cultura (CE) ao aprovar projeto de Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE). O texto (PLS 195/2017) muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) e segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), considera “vergonhoso” o fato de juízes desconsiderarem avaliações técnicas do Ministério da Educação, liberando cursos com base em filigranas jurídicas.

— O sistema de avaliações qualitativas do MEC ainda é algo absolutamente necessário no país, protege a sociedade

e os estudantes, e será por um bom tempo. O que vem ocorrendo hoje, por causa das liminares, é a proliferação de cursos de má qualidade sub judice, que cobram mensalidades de milhares de alunos sem a garantia de que irão se formar.

Ele esclareceu que a proibição da concessão de liminares não impede que a instituição punida recorra à Justiça.



Cristovam afirma que cursos cobram sem garantir conclusão

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores criticam aéreas por cobrança de bagagem

Dados do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas apresentados em audiência de três comissões mostram que preços das passagens e queixas dos consumidores aumentaram após mudança. Anac contesta

AO CONTRÁRIO DO que prometeram as empresas aéreas e a Agência Nacional de Aviação (Anac), os preços das passagens não caíram após as companhias passarem a vender bilhetes sem direito a despacho de bagagem. Como resultado, aumentaram as queixas dos consumidores por cobranças indevidas, dificuldade de embarcar com a bagagem de mão e atrasos de voos, em razão dos procedimentos para despachar as malas que não cabem nos bagageiros. A avaliação foi feita ontem por senadores em audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE).

A percepção dos parlamentares foi reforçada por dois levantamentos, um da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que registra aumento de preços de 35,9%, e outro do IBGE, que aponta elevação das tarifas de 16,9%.

Sazonalidade

Os representantes da Anac e das empresas aéreas contestaram os números e afirmaram que os preços das passagens caíram após as bagagens passarem a ser cobradas “por fora”. O diretor-presidente da agência, José Ricardo Botelho, disse que o preço médio da tarifa aérea registrado de janeiro a novembro de 2017 foi de R\$ 350,21, o menor dos últimos anos.

— A média de janeiro a novembro é a mais baixa da história da aviação civil desde 2000. Convidem o IBGE para uma audiência. Quando o IBGE analisou a questão de bagagem? Nunca. Aqueles dados não analisam, por exemplo, a sazonalidade. Nós analisamos todos os 113 milhões de passagens efetivamente vendidas no Brasil — afirmou Botelho.

Segundo o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, a cobrança para despachar bagagem cumpriu o prometido ao abrir uma faixa de preço mais baixa para aqueles que não precisam viajar com malas grandes:

— A cobrança da bagagem criou uma nova coluna que é exatamente o que prometemos: passagens mais baratas. É natural que as pessoas busquem a mais barata e depois fiquem irritadas porque tem consequência de peso — disse.

Os argumentos não convenceram os senadores, que prometeram pedir ao presidente



Senadores questionam Anac sobre aumento de preço das passagens

da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a votação do projeto de decreto legislativo do senador Humberto Costa (PT-PE) que susta a permissão para a cobrança pelo despacho das bagagens. O texto (PDS 89/2016) já foi aprovado pelo Senado e aguarda definição dos deputados.

Um documento assinado pelos integrantes das comissões que organizaram a audiência pública será levado a Maia.

— A Anac e as empresas se acastelaram em uma posição que, apesar de todas as previsões, não se consumou. Não melhorou nada para o consumidor. Certamente a margem de lucro das empresas deve ter aumentado. A única saída é fazer uma pressão sobre o presidente da Câmara, que tem se recusado a votar essa proposta. Na hora em que o projeto for colocado no Plenário da Câmara, tenho certeza que será como foi no Senado: será aprovado por unanimidade — afirmou Humberto Costa.

Reclamações

Além de não ver redução nos preços das passagens, a advogada Luciana Atheniense, da Comissão Especial de Defesa do Consumidor da OAB, relatou uma série de problemas vividos pelos usuários de transporte aéreo. Segundo ela, aumentaram nos Procons e na internet o número de reclamações relacionadas a bagagens, como cobranças indevidas e mesmo furtos. A Anac, de acordo com ela, desrespeitou o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor:

— A Anac rasgou o Código Civil ao separar o transporte de pessoas do transporte da bagagem.

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) narrou episódio de voo atrasado devido à necessidade de despachar malas que seriam de mão, por falta de espaço nos bagageiros.

— Como a bagagem passou a ter franquia de 10 quilos,

quase todos estão levando essas bagagens para dentro do avião. Ficamos 45 minutos parados em um voo para que pudessem despachar o excesso de bagagem de mão, porque não havia onde colocar.

Abertura

A Anac e a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) compartilham a visão de que a desregulamentação da franquia de bagagens é mais um passo na direção da abertura de mercado ao capital estrangeiro.

Segundo Botelho, a medida ajudará a atrair empresas de baixo custo que estejam interessadas em operar no Brasil. Com novas companhias aéreas atuando no país, de acordo com ele, será possível aumentar a oferta de voos e baixar os preços. O coordenador-geral de Serviços Aéreos Domésticos da SAC, Ricardo de Melo Rocha, defendeu a ampliação do limite permitido para o capital estrangeiro nas companhias brasileiras, atualmente restrito a 20%.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) criticou a Anac, que, segundo ela, extrapolou sua função ao regulamentar a questão da franquia de bagagem.

— Se queremos trazer mais companhias aéreas *low cost* [baixo custo] para baratear o preço da passagem, a saída não é essa. A saída é criar uma norma específica para *low cost* com a permissão de cobrar por bagagens. Houve uma usurpação pela Anac dos poderes constitucionais do Congresso.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), a Anac mudou o discurso ao perceber que os preços não caíram:

— A justificativa agora é de que a cobrança pelo transporte de bagagens é para atrair empresas internacionais de baixo custo para o Brasil. Por que não disseram na época que era para isso? O consumidor está pagando — criticou.

Projeto prevê a digitalização de prontuários médicos

Muitas clínicas e hospitais, inclusive da rede pública, já utilizam sistemas informatizados com os dados dos pacientes. No entanto, os antigos prontuários de papel precisam ser guardados por um determinado tempo, ocupando grandes espaços e armazenados, muitas vezes, de forma precária. Projeto de Roberto Requião (PMDB-PR) prevê que esses documentos sejam digitalizados e arquivados de forma eletrônica, facilitando o acesso às informações dos pacientes.

O relator do PLS 167/2014 na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Waldemir Moka (PMDB-MS), apresentou ontem um substitutivo, mas a votação foi adiada. Moka propôs ampliar a proposta, estabelecendo critérios para essa digitaliza-

ção e a utilização de sistemas de prontuários.

— Tem uma pressão muito grande dos hospitais. Há pavilhões inteiros que, se desocupados de papéis e caixas, poderão abrigar mais enfermarias, mais leitos.

Entre outros pontos, o texto prevê que os métodos de digitalização devem reproduzir todas as informações contidas nos documentos originais. Esse processo deverá ainda conter o certificado digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira. Após o prazo mínimo de 20 anos, os documentos poderão ser excluídos do sistema.

A proposta receberá decisão final na CCT. Caso seja aprovado o relatório de Moka, o texto deverá seguir para a Câmara dos Deputados, a menos que haja requisição para votação no Plenário.



Otto Alencar e Waldemir Moka na Comissão de Ciência e Tecnologia

Especialistas pedem atualização da regulação do setor agrícola

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) estima que o Brasil vai ser o maior exportador agrícola do mundo em 2024, por causa da expansão das lavouras e da melhora na produtividade. É preciso, porém, atualizar o marco regulatório do setor agrícola, afirmaram especialistas em audiência na Comissão de Agricultura (CRA) sobre prevenção e controle de pragas, ontem.

O representante do Ministério da Agricultura, Marcus Coelho, afirmou que o decreto que regulamentou a defesa sanitária vegetal é de 1934 e não atende a demanda atual.

Considerada um avanço para o setor, a Lei da Emergência Fitossanitária (Lei 12.873/2013) flexibiliza a importação de agrotóxicos

não registrados no país, em casos emergenciais, para o combate de pragas na agricultura ou na pecuária. Mas o representante da Embrapa Sérgio Abud lembrou que existem diferentes táticas de controle de epidemias, que não se limitam ao uso de defensivos agrícolas.

— O sistema produtivo enxerga muito o controle químico, mas ele é só uma dessas ferramentas. Temos também o controle cultural e o controle biológico — explicou.

O presidente da CRA, Ivo Cassol (PP-RO), disse que a produção de banana em Rondônia está ameaçada por pragas. Ele lembrou que, na sexta-feira, a comissão promoverá, no Rio Grande do Sul, o primeiro seminário de um ciclo sobre o impacto da inovação na sustentabilidade.



Rogério Avellar, Sergio Abud, Cassol, Marcus Coelho e Ronaldo Teixeira

Para debatedores, TSE resiste ao voto impresso

Especialistas e senadores destacaram em audiência que a urna eletrônica não é imune a fraudes e é essencial garantir um mecanismo que permita conferência e recontagem

O TRIBUNAL SUPERIOR Eleitoral (TSE) tem demonstrado má vontade e falta de interesse em implantar o sistema de impressão de votos na urna eletrônica. A opinião é de especialistas ouvidos ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em audiência. A lei que torna a impressão do voto obrigatória (Lei 13.165) foi aprovada em 2015 e desde então, segundo os participantes da audiência, o TSE pouco fez para viabilizar o sistema. Agora, a poucos meses das eleições, a corte alega falta de recursos orçamentários.

— Dizer que seriam necessários R\$ 2 bilhões para habilitar o voto impresso é um reflexo da má vontade do tribunal. Não custaria tanto dar ao eleitor a garantia da lisura do processo — opinou o professor de ciência da computação da Universidade de Brasília (UnB) Pedro Rezende.

O engenheiro especializado em segurança de dados Amílcar Brunazo Filho afirmou que o TSE “enrolou” até o fim de 2017 e agora se vê com pouco tempo e dinheiro para os procedimentos necessários.

— Só no dia 5 de janeiro, último dia do mandato de Gilmar Mendes na Presidência do TSE, o Ministério Público apresentou uma ação direta de inconstitucionalidade contra uma lei aprovada três anos antes.

Representando a Associação Pátria Brasil, o procurador Fe-

lipe Marcelo Gimenez afirmou que Gilmar cometeu crime de prevaricação ao protelar por dois anos o cumprimento da lei, que não tem vício de forma, iniciativa ou conteúdo.

— O voto é secreto, mas a contagem é pública. O boletim de urna não prova nada. Quando é impresso, já houve a contagem do voto em segredo e a fraude já ocorreu — afirmou.

Judiciário

Para João Capiberibe (PSB-AP), não haverá impressão do voto se não houver uma forte movimentação política. Segundo o senador, há uma conspiração contra a democracia e o TSE descumpra a lei que o Parlamento aprovou, então o Ministério Público deve agir:

— Essa é uma decisão de um grupo fechado que está acima da lei, o Poder Judiciário. A Lei da Transparência, por exemplo, quem não a cumpre é o próprio Judiciário. Para buscar informações em tribunais do Brasil, é preciso indicar CPF e ser especialista em navegação na internet.

Simone Tebet (PMDB-MS) disse acreditar que a Justiça Eleitoral não tem dinheiro para implantar a impressão, mas o caixa da União tem.

— É uma questão de remanejamento orçamentário. A sociedade tem dúvida, principalmente quando a diferença é de poucos votos, como nas eleições para vereadores. Se há dúvida, é óbvio que é preciso



O senador Lasier Martins (C) preside audiência na Comissão de Constituição e Justiça sobre impressão de votos

haver mais transparência.

O procurador regional da República José Jairo Gomes lembrou que em momento nenhum o TSE afirmou que não implantaria o voto impresso, apenas informou que o fará dentro das possibilidades financeiras. Além disso, acrescentou, não existe sistema perfeito, mas os mecanismos de segurança estão em evolução.

— Houve um aperto no orçamento tão grande que até zonas eleitorais foram extintas. Não podemos dizer que todos, do mesário ao juiz, passando pelo Ministério Público, estão empenhados em fraudar o pleito.

Lasier Martins (PDT-RS), responsável por conduzir a audiência, afirmou que deixaria a reunião com a convicção de que as desconfianças têm procedência. Ele confirmou para a terça-feira a continuação dos debates com a presença do presidente do TSE, ministro Luiz Fux.

Teste feito por equipe da Unicamp revelou falhas de segurança em urnas

O professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Diego de Freitas Aranha coordenou uma equipe de profissionais num teste de segurança promovido pelo TSE em 2017 com a missão de detectar possíveis falhas no sistema de votação eletrônica adotado no Brasil.

Segundo Freitas, a equipe trabalhou com restrições técnicas e de tempo impostas pelo tribunal, mas ainda assim conseguiu explorar pontos vulneráveis para adulterar o software e entrar no ambiente da urna eletrônica.

— Conseguimos, por exemplo, alterar mensagens de texto exibidas ao eleitor na urna para fazer propaganda de certo candidato. Também fizemos progresso na direção de desviar voto de um candidato para outro, mas não tivemos

tempo de testar esse tipo de ataque — explicou.

Segundo o professor, todo software é potencialmente vulnerável. Por isso, é importante o registro físico para resguardar a escolha do eleitor.

— Esse é um entendimento da comunidade técnica internacional. Não há país no mundo que tenha migrado para a votação eletrônica que não use o registro físico do voto como mecanismo de transparência. É básico e inegociável.

O professor lembrou que, há cinco anos, testes feitos pelo TSE revelaram a possibilidade de quebrar o sigilo dos votos.

— Demonstramos que era possível recuperar os votos da urna em ordem, sabendo exatamente como votaram o primeiro, o segundo, o terceiro eleitor e assim sucessivamente — explicou.

Colegiado vota hoje MP sobre tributação de fundos fechados

O relator da comissão mista que analisa a MP 806/2017, deputado Wellington Roberto (PR-PB), entregou ontem o seu relatório, que deverá ser discutido e votado hoje, às 14h30.

A MP altera a forma de cobrança do Imposto de Renda retido na fonte que incide sobre os rendimentos das aplicações em fundos de investimento.

A principal novidade do relatório, na comparação com o texto original da MP, é a exclusão do dispositivo que autoriza a tributação dos rendimentos acumulados pelos fundos fechados até 31 de maio de 2018.

Os fundos fechados são usados por investidores de elevado patrimônio, contam com poucos integrantes, têm prazo de duração delimitado e não permitem a livre movimentação dos cotistas.

Segundo o relatório, todos os rendimentos auferidos por esses fundos até 31 de dezembro deste ano ficam sujeitos à tributação na fonte pelas regras

anteriores à MP. Ou seja, só pagarão IR no resgate das cotas ou amortização dos fundos. Para os rendimentos obtidos a partir de 2019, o texto prevê tributação semestral, como já estabelece a MP 806 — essa sistemática é chamada no mercado de come-cotas.

A lei atual determina que o recolhimento do IR nos fundos fechados só ocorre quando o cotista recebe os rendimentos no resgate ou na amortização.

O relator explicou que a exclusão do artigo foi um pedido de parlamentares, mas conta com a objeção do governo, que quer antecipar a tributação dos ganhos acumulados dos fundos fechados para ajudar nas finanças públicas. Quando editou a MP, o Executivo informou que a medida geraria uma arrecadação bruta de R\$ 10,7 bilhões em 2018.

Wellington Roberto ressaltou que o relatório poderá mudar até a hora da votação:

Da Agência Câmara

Congresso instala sete novas comissões sobre MPs

O Congresso instalou ontem sete comissões mistas para analisar as Medidas Provisórias 808, 809, 810, 811, 812, 813 e 814, todas editadas em 2017.

A MP 814, que autoriza a privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias, é polêmica e o governo federal deve enfrentar resistências até mesmo de aliados tanto

na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

O objetivo de privatizar a Eletrobras, que responde por um terço da energia produzida no Brasil, foi anunciado pelo governo de Michel Temer em agosto do ano passado.

Outra medida que deve gerar debates é a MP 813,

que reduz de 70 para 60 anos a idade mínima para saque do fundo PIS/Pasep. Trata-se de uma reedição da MP 797/2017, que perdeu eficácia porque não foi votada a tempo pelo Congresso no ano passado.

Veja os eleitos nas 7 comissões: <http://bit.ly/eleitosMPs>

Arraes poderá entrar no Livro dos Heróis da Pátria

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o projeto (PLC 136/2017) que inclui o nome do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes (1916-2005), no Livro dos Heróis da Pátria.

A proposta recebeu voto favorável da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), que lembrou que Arraes tornou-se um mito entre a classe trabalhadora pernambucana. A senadora citou, entre outras diretrizes, a adoção de um salário mínimo aos trabalhadores de canaviais

no primeiro mandato como governador, entre 1962 e 1964.

— Arraes ficou associado justamente à luta pela diminuição das desigualdades sociais de nosso país, e acabou sendo um dos primeiros cassados pelo golpe em 1964.

Devido à perseguição dos militares, Arraes fugiu para a Argélia. Só pôde retornar em 1979, como lembrou Lídice, após a aprovação da Lei de Anistia. Posteriormente engajou-se em lutas pela redemocratização, tendo sido novamente eleito governador

nos pleitos de 1986 e 1994.

A proposta será agora analisada pelo Plenário do Senado.

Audiências públicas

Também ontem, foi aprovado o pedido de Marta Suplicy (PMDB-SP) para que o colegiado discuta em audiência a nova Política Nacional de Formação de Professores.

Também foi aprovado o pedido de Antonio Anastasia (PSDB-MG) para que o colegiado debata o controle externo das despesas na área da educação.